

Plano Regional de Saúde já está em consulta pública

O Plano Regional de Saúde Açores 2030 foi apresentado, em Angra do Heroísmo, no Solar dos Remédios, e encontra-se já em consulta pública.

Este é um documento que faz um diagnóstico exaustivo do sector da saúde da Região num primeiro, mas, sobretudo, decisivo passo para definir medidas de actuação.

Na sessão de lançamento, a Secretária Regional com a tutela da Saúde, Mónica Seidi, sublinhou que se “assume a centralidade nas pessoas para a definição da visão e das orientações políticas”.

São 11 as estratégias que ficam traçadas neste plano, de onde se destacam três programas como prioritários: a luta contra o tabagismo, a literacia em saúde e o programa regional de alimentação saudável, considerando a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social que estes são os casos “em que os resultados têm de ser invertidos imediatamente”, com melhorias



para a população.

Mónica Seidi especificou que “a luta contra o tabagismo é, neste momento, uma grande prioridade” para os Açores.

A literacia em saúde, por seu turno, surge na sequência de se ter de dotar os açorianos de informação para que estes “possam fazer as escolhas mais acertadas”.

Quanto ao plano para a alimentação saudável, tal reveste-se de necessário dado os elevados níveis de obesidade na Região.

“Sem no plano anterior, das 43 metas foram atingidas apenas 30%, nós queremos obviamente que em 2030 a nossa realidade seja diferente”, vinca Mónica Seidi.

Para tal, disse ainda a Secretária Regional da tutela, “cada vez mais” há que “abandonar estratégias desagregadas e fragmentadas, substituindo-as por abordagens integradas e multissetoriais, envolvendo também o poder local para uma maior proximidade”.

O Plano Regional de Saúde Açores 2030 já se encontra disponível para consulta pública, e marca o compromisso deste governo com os açorianos, sendo que este é “um processo aberto, dinâmico, colaborativo e em construção” e estará sujeito a avaliações intercalares em 2026 e 2028, conclui nota do Governo.

Privatização nas mãos da SATA e do Governo Regional

O júri do concurso público da privatização da Azores Airlines manteve a decisão de aceitar apenas um concorrente no relatório final, mas admitiu reservas quanto à capacidade do consórcio Newtour/MS Aviation em assegurar a viabilidade da companhia.

“Entregámos o relatório final. Esse relatório final, no essencial, mantém o que já estava no relatório preliminar”, declarou o presidente do júri, Augusto Mateus, numa conferência de imprensa no Teatro Micaelense, em Ponta Delgada.

“Não é uma nota expressiva”

O júri manteve a nota que tinha sido atribuída à Newtour/MS Aviation (46,69), único concorrente admitido, e que foi contestada pelo consórcio aquando da apresentação do relatório intercalar, em outubro de 2023.

“No caderno de encargos, a positiva começa com nota de 25 e nota máxima é 100. A nota que atribuímos à proposta é 46,69. Percebe-se que 46,69 está mais próximo de 25 do que de 100. Não é uma nota muito expressiva. Chamamos à atenção para isso”, afirmou.

Quando questionado, Augusto Mateus admitiu que o júri tem reservas quanto à capacidade da Newtour/MS Aviation para assegurar a viabilidade futura da companhia, alertando para

a necessidade de existir “força financeira” para cumprir as exigências do caderno de encargos.

“Foi tomada uma decisão por quem podia tomar no sentido de lançar a privatização da SATA. Isso em si deve ser considerado desde que se tenha a possibilidade de chegar a uma boa decisão e a uma boa privatização”, defendeu, salientando que “também se aprende quando as coisas não correm totalmente bem”.

“Há um processo de privatização que produziu esses resultados. O júri entrega os resultados. A nota é 46, não é 86, nem 96. É 46”, reforçou.

No relatório preliminar foi excluído um dos dois concorrentes, o Atlantic Consortium, decisão mantida no documento final porque a candidatura “requeriu para si própria a possibilidade de desistir a qualquer momento”.

“Não é para encaixar dinheiro”

O presidente do júri independente avisou ainda que “não se pode ter objetivos exigentes sem ter um nível de exigência e de conforto na decisão”, lembrando a importância da Azores Airlines para a coesão, mobilidade e internacionalização do arquipélago.

“Este processo não é para encaixar dinheiro. Este processo é para impedir que se gaste dinheiro mal e garantir que se tem uma companhia com soli-



dez financeira e empresarial”, acrescentou.

Concluído o trabalho do júri, Augusto Mateus recomendou à Azores Airlines aprofundar as informações acerca do concorrente.

“Não podemos fazer outra coisa do que recomendar que aprofundem, recolham o máximo de informação e que se movam não por outro caminho do que aquilo que foi explicitado: o da segurança e qualidade da decisão”, defendeu.

Augusto Mateus disse ainda fazer “sentido considerar a privatização”, mas insistiu na “importância de uma boa decisão”.

“É sempre errado libertar-nos de

um activo que pode gerar valor, sobretudo se vamos fazer isso porque não fomos capazes de ir buscar esse valor”, sinalizou.

O caderno de encargos da privatização da Azores Airlines prevê uma alienação no “mínimo” de 51% e no “máximo” de 85% do capital social da companhia.

Em Junho de 2022, a Comissão Europeia aprovou uma ajuda estatal portuguesa para apoio à reestruturação da companhia aérea de 453,25 milhões de euros em empréstimos e garantias estatais, prevendo medidas como uma reorganização da estrutura e o desinvestimento de uma participação de controlo (51%).